

NACIONAL

Reajuste deverá afetar setor informal

Levantamento mostra que 13% dos empregados sem carteira recebem um mínimo

Deise Leobet
de Brasília

Ao contrário do que vem sendo alegado por setores do governo, qualquer aumento que seja concedido para o salário mínimo terá um impacto muito maior no setor informal do que no formal e será decisivo para a redução dos índices de pobreza. Essa é a constatação do estudo sobre o salário mínimo do economista Marcelo Neri, chefe do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV), apresentado ontem em seminário da Previdência Social sobre "Assistência Social e Combate à Pobreza".

Amparado em dados da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD/IBGE), o levantamento indica que 13% dos empregados sem carteira recebem exatamente um mínimo, contra 5,31% dos que possuem registro formal. Se forem incluídos os trabalhadores autônomos, os informais afetados pelo mínimo passam para 1,7 milhão de trabalhadores contra os 890 mil legalmente registrados.

Em 1995, por exemplo, quando o mínimo foi reajustado de R\$ 70 para R\$ 100, 22% do total de trabalhadores sem carteira tiveram reajuste exatamente igual ao novo mínimo, contra apenas 11% dos formais.

Para o economista, esses números mostram que o salário mínimo já se

Impacto na Previdência

Mínimo (R\$)	Em 2000 (R\$ milhões)	Em 12 meses (R\$ milhões)
145	772	1.265
150	1.211	1.984
155	1.656	2.715
160	2.108	3.457
165	2.567	4.210
170	3.032	4.974
175	3.504	5.750
177	3.695	6.064

Fonte: MPAS

transformou em um piso nacional para os rendimentos dos trabalhadores, independente do setor e da ocupação. "É o chamado efeito numérico. As pessoas usam o mínimo como unidade de conta", resume.

O reajuste do mínimo passou a exercer maior influência sobre o setor informal, a partir de 1988. Até então, os maiores impactos eram alternados entre os setores formal e informal. Os próprios economistas ainda não sabem ao certo quais os reais motivos que fizeram dos trabalhadores sem carteira e por conta própria os maiores beneficiários do reajuste do mínimo, quando deveria ser justamente o contrário.

Uma das razões, acredita Neri, é a preocupação das empresas que con-

tratam trabalhadores sem vínculos de serem acionadas na Justiça. Para não estimular ações judiciais, boa parte dos empregadores prefere garantir o pagamento dos direitos trabalhistas, mas sem registrar legalmente o funcionário. Dessa forma, a empresa limita-se a deixar de fazer o pagamento dos encargos patronais, entre eles as taxas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

O estudo mostra que os reajustes do mínimo interterem diretamente nos níveis de pobreza. Em 1995 o aumento real de 22% do salário mínimo foi suficiente para reduzir em 10,11% a miséria no País, somente no primeiro mês de vigência do novo valor, de acordo com o estudo.

Simulações da Fundação Getúlio Vargas apontaram que se o novo valor do mínimo for fixado em R\$ 160, que corresponde a um ganho real de 10%, o nível de pobreza pode cair em 0,4% se incluir apenas os trabalhadores formais, 1,3% com os informais, e 2,6% caso sejam incorporados também os empregadores e os por conta própria. Mas o impacto será de 4,5% se os aposentados do INSS e os funcionários públicos também forem incluídos. Mas se o mínimo melhora a renda dos trabalhadores tem efeitos nocivos sobre as contas públicas. No caso de o rea-

juste ser dado para os 18 milhões de beneficiários do INSS, o impacto será de R\$ 13,8 bilhões por ano. No entanto, se o aumento real for concedido apenas para os 12,5 milhões de aposentados que recebem um salário mínimo, e o restante apenas a correção da inflação no período, os gastos caem para R\$ 5,5 bilhões.

Outros efeitos negativos do aumento do mínimo são o crescimento do desemprego e o aumento da informalidade. O estudo mostra que a probabilidade de um trabalhador ser demitido no mês de reajuste é de 6,29% se ele tiver carteira de trabalho e de 8,8% se não tiver nenhum registro.

Quanto ao debate sobre a regionalização do mínimo, o economista disse ser favorável a que cada estado defina o próprio valor apenas para os trabalhadores ativos do setor privado, com base nas peculiaridades de cada mercado. Ele propõe que seja fixado um piso e um teto para o mínimo na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e que fique a cargo das assembleias legislativas a fixação de um número intermediário. Para evitar grandes fluxos migratórios, em razão da variação dos salários, o economista sugere que sejam estabelecidos valores diferenciados, de acordo com a grau de escolaridade dos trabalhadores.

Segundo o economista Marcelo Pochmann, professor do Instituto de Economia e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit) da Unicamp, caso o mínimo chegue a R\$ 150, ele poderá trazer para a economia — em um prazo de 12 meses — cerca de R\$ 2,6 bilhões. A arrecadação (previdência e impostos para a Receita Federal) teria uma injeção de R\$ 550 milhões. Ao mesmo tempo, a previdência teria um déficit de R\$ 1,4 bilhão com o mínimo defendido pelo governo. O economista explica que o déficit poderia ser coberto com a redução da atual taxa de juros (Selic) em 0,3 ponto percentual.

(colaboração Carlos Rodrigues)